

RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.977 - PE (2017/0012437-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE CARNAÍBA**
RECORRENTE : **FERRAZ & OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS**
RECORRENTE : **HENRIQUE CARVALHO ADVOGADOS**
RECORRENTE : **DAVI LIMA ADVOCACIA**
RECORRENTE : **QUEIROZ CAVALCANTI - ADVOCACIA**
ADVOGADO : **BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI E OUTRO(S) -**
PE019353
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo **MUNICÍPIO DE CARNAÍBA E OUTROS**, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDEF. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Em se tratando de diferenças alusivas ao FUNDEF, justifica-se a sua vinculação, quando pagas, a finalidades relacionadas à área a que se destina, qual seja, à educação.

2. Os honorários advocatícios contratuais devem ser pagos aos patronos contratados pelo ente Público através da verba própria, e não com retenção de verba vinculada, sob pena de violação ao texto constitucional. (TRF-5ª R. 1ª T., AG 126993/PE, rel. Des. Federal Francisco Cavalcanti, DJ 19/10/12)

3. Há de se afastar a alegação de incompetência da Justiça Federal levantada em contrarrazões, pois 'não há qualquer litígio entre os exequentes e os seus patronos, mas sim intervenção do Juízo Federal, que indeferiu o pedido de retenção dos honorários contratuais'. (cf. TRF-5ª R., 1ª T., AGTR 138950, rel. Des. Federal Manoel Erhardt, DJ 02/10/14)

4. Agravo de instrumento desprovido" (fl. 574e).

O acórdão em questão foi objeto de dois Embargos de Declaração, rejeitados pelos arestos de fls. 589/592e e 610/613e.

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, violação aos arts. 3º, 267, VII, e 535, II, do CPC/73, 2º e 6º da Lei 9.424/96, 22, § 4º, 23 e 24 do Estatuto da OAB, ao argumento de que: **(a)** "o v. acórdão ora recorrido nem falou sobre as expressas violações/argumentos suscitados e nem abordou, em específico, a plena possibilidade de coexistência entre o destaque da verba honorária com a pretensa destinação vinculativa da verba condenatória à educação, o que, sem ressaibos de dúvidas, representa flagrante

prejuízo aos Recorrentes" (fl. 622e); **(b)** "os pagamentos adimplidos só em juízo, como compensação financeira à Edilidade, e cujos créditos serão pagos a conta orçamentária de precatórios (e não do FNDE), não se sujeitam à mencionada regra financeira de destinação dos recursos do fundo - que nunca será integrado por essa receita - à educação fundamental, razão por que devem ingressar no patrimônio da Edilidade como receita sem comprometimento de qualquer espécie. Não há aplicação, na espécie, da regra vinculativa derivada daqueles preceitos legais, incorrendo o aresto recorrido, portanto, em juízo interpretativo disforme do preceito legal" (fl. 628e); **(c)** "é evidente o direito do advogado de executar de forma autônoma os honorários advocatícios. Esses honorários, como se vê, não se confundem com o principal. Tem-se então que [i] os honorários advocatícios são dotados de caráter alimentício; [ii] o advogado tem o direito a executar os honorários de forma autônoma e nos próprios autos, o que fora denegado aos Recorrentes pelo aresto recorrido, merecendo pronta censura por violação aos comandos previstos nos artigos 22. §4º. 23 e 24 do EOAB" (fl. 631e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pela decisão de fl. 717e.

Sem razão a parte recorrente.

Na origem, "os agravantes se insurgem contra decisão que rejeitou, o pedido de retenção do percentual de honorários contratuais do precatório para pagamento das diferenças do FUNDEF" (fl. 570e).

O acórdão recorrido, na resolução da controvérsia, concluiu o seguinte:

"Não assiste razão aos recorrentes.

Com efeito, em se tratando de diferenças alusivas ao FUNDEF, justifica-se a sua vinculação, quando pagas, a finalidades relacionadas à área a que se destina, qual seja, à educação.

Nesse passo, os honorários advocatícios contratuais devem ser pagos aos patronos contratados pelo ente Público através da verba própria, e não com retenção de verba vinculada, sob pena de violação ao texto constitucional" (fl. 571e).

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do CPC/73, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de

14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

No que diz respeito ao mérito, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com jurisprudência desta Corte, firmada no sentido da impossibilidade de retenção de honorários advocatícios em crédito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) concedido por via judicial.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS Nº 3/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA EXECUTAR A AÇÃO COLETIVA. ANÁLISE DA AUTORIZAÇÃO PARA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. LITISCONSÓRCIO ATIVO ULTERIOR. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDEF. VERBAS PARA EDUCAÇÃO. JUNTADA DO CONTRATO ESCRITO DA VERBA HONORÁRIA. ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/1994. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO ALTERADO PELA PRIMEIRA SEÇÃO NO RESP 1.703.697/PE. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Apenas nas razões do agravo interno o recorrente alega omissão do Tribunal *a quo* acerca da ilegitimidade ativa do município para a execução. A tese não suscitada no recurso especial caracteriza inovação recursal, tornando inviável a análise de matéria alegada apenas no âmbito de agravo interno.

2. Nas execuções individuais de sentença coletiva devem ser obedecidos os limites subjetivos dentro dos quais o título executivo judicial foi constituído, ou seja, somente os beneficiados pela sentença de procedência, efetivamente representados pela associação de classe, mediante da comprovação da autorização expressa e da listagem de beneficiários, possuem legitimidade ativa para promover a execução do título judicial constituído na demanda coletiva.

3. O acórdão recorrido verificou a preclusão a respeito da discussão quanto à existência de eventual autorização expressa que permita a atuação judicial da Associação como substituta processual para defender os direitos dos Municípios. A alteração das premissas fáticas contidas no acórdão a quo encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. **Em recente julgamento, proferido no REsp 1.703.697/PE, em**

10/10/2018, submetido à apreciação pela Primeira Seção desta Corte, estabeleceu-se que os recursos do FUNDEF/FUNDEB encontram-se constitucional e legalmente vinculados a uma destinação específica, sendo vedada a sua utilização em despesa diversa da manutenção e desenvolvimento da educação básica, sendo inaplicável a regra do art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/1994 na hipótese.

5. Agravo interno provido em parte" (STJ, AgInt no REsp 1.686.339/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/12/2018).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora